

ANO EUROPEU DA CIDADANIA PELA EDUCAÇÃO ENTRE NÓS, QUEM DEU POR ELE?

JOÃO REIS¹

Os temas da cidadania cruzam-se com os temas das ciências sociais e naturalmente com os temas da educação geográfica. A educação para a cidadania é fundamental para melhorar a vida em comum, tarefa que pode ser facilitada com as situações de aprendizagem criadas na aula de Geografia. Neste sentido, merece a nossa atenção o ano transacto que foi declarado Ano Europeu da Cidadania pela Educação, cujo logotipo se pode observar na figura 1. Este texto procura dar a conhecer os objetivos globais e iniciativas nacionais neste âmbito, bem como identificar instrumentos pedagógicos com impacte nas práticas educativas.



Fig. 1 – Logotipo oficial do Ano Europeu da Cidadania pela Educação.

Fig. 1 – Logo of European Year of Citizenship through Education.

O Conselho da Europa considerou prioritárias, desde 1997, a Educação para a Cidadania Democrática (ECD) e a Educação para os Direitos Humanos (EDH). Este processo culmina com a decisão de proclamar 2005 – Ano Europeu da Cidadania pela Educação (AECE). A proclamação aconteceu na Conferência de Sófia, Bulgária,

¹ Professor do Ensino Secundário e investigador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

E-mail: reis97@gmail.com

a 13 e 14 de Dezembro de 2004, e o programa deveria disseminar-se por todos os Estados membros. Procura-se chamar a atenção para o papel fundamental da educação, tanto formal como não formal, no desenvolvimento da cidadania activa e na promoção de uma cultura democrática.

Sob o lema – “Aprender e viver a democracia” – o AECE procura consciencializar para o facto da cidadania não ser apenas um conceito jurídico e político, mas um conceito global. Como salientam os documentos emanados do Conselho da Europa, a cidadania implica que todas as mulheres e todos os homens possam usufruir dos Direitos Humanos e sentir que são protegidos pela sociedade democrática, mas também implica que todos se envolvam nas questões da vida em sociedade. Durante as nossas vidas é preciso que todos saibamos agir como cidadãos activos, responsáveis e respeitadores dos direitos dos outros.

Segundo o documento de orientação, produzido pelo comité *ad hoc* de peritos para o Ano Europeu da Cidadania pela Educação, procura-se estimular o interesse pelas questões de cidadania e incentivar políticas nos diferentes Estados membros que permitam aplicar na prática a ECD. Mais do que uma campanha interessa fomentar o desenvolvimento de iniciativas e parcerias locais que conduzam a um processo sustentável de desenvolvimento da cidadania democrática e dos direitos humanos.

Os destinatários do AECE estão identificados no esquema seguinte (disponível no sítio português) (fig. 2).



Fig.2 – Destinatários do AECE.

Fig. 2 – Addressees of EYEC.

As questões-chave identificadas pelos peritos e orientadoras dos programas de acção em todos os Estados membros, são:

- Como fazer a ponte entre as políticas e a prática nos domínios da ECD e da EDH?
- De que forma pode a aprendizagem da democracia contribuir para resolver os problemas da sociedade e para promover a coesão social?

Em Portugal, o programa de acção foi coordenado pelo Ministério da Educação através do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais (GAERI). Podemos aceder às várias iniciativas e eventos através do respectivo sítio na *internet* (www.gaeri.min-edu.pt), que também nos permite aceder ao sítio internacional. Os documentos de orientação e as iniciativas nacionais estão descritas de forma breve no sítio português. Os escassos materiais pedagógicos na nossa língua são de fácil acesso e estão disponíveis para copiar assim como os restantes, disponíveis em francês e inglês.

No sentido de avançar na procura de respostas às questões-chave são sugeridos métodos de trabalho e medidas a adoptar. Entre essas medidas merece destaque, pelo impacto que pode ter nas práticas, a disponibilização de um conjunto de instrumentos destinados a apoiar todos os que estão envolvidos na educação. Trata-se de instrumentos práticos e inovadores para experimentar e recolher *feed-back* no âmbito da sua aplicação nos vários contextos educativos. Os elementos disponíveis, para além dos sítios nacional e internacional, são os seguintes:

- *Pack* ECD
- Manual *Compass*
- *T-Kits*
- Carta Europeia para Escolas Democráticas Sem Violência
- Glossário de termos de ECD

O *Pack* ECD consiste numa introdução e quatro ferramentas: 1) lista de questões chave para elaboração de políticas; 2) linhas de orientação para a governação democrática na educação; 3) linhas de orientação para desenvolver eficazmente a formação de professores em ECD e EDH; e 4) instrumento de garantia de qualidade e auto-avaliação em ECD. No seu conjunto, estas ferramentas são documentos de apoio ao desenvolvimento de políticas e práticas efectivas em ECD e EDH, a todos os níveis e sectores do sistema educativo.

O Manual *Compass* sobre Educação para os Direitos Humanos foi produzido dentro da estrutura do Programa da Juventude da Direcção de Juventude e Desporto do Conselho da Europa. O Programa procura colocar os Direitos Humanos no centro do trabalho com a juventude, e o manual oferece muitas e variadas sugestões de tratamento da temática de EDH. O manual está disponível em PDF, embora não em português o que torna a sua utilização e disseminação mais difícil.

Os *kits* de formação (*training kits* – *T-Kits*) são publicações temáticas elaboradas por formadores de juventude e outros peritos. São manuais fáceis de usar que podem ser utilizados em cursos de formação e sessões de estudo. Os seguintes *T-Kits* são os mais relevantes na área da educação para a cidadania democrática (conceitos, métodos de aprendizagem e prática de ECD): *T-Kit 4 – Intercultural Learning*; *T-Kit 6 – Training essentials*; *T-Kit 7 – Citizenship, youth and europe*; *T-Kit 8 – Social Inclusion*. Estas publicações também estão disponíveis em PDF mas não em língua portuguesa.

A Carta Europeia para Escolas Democráticas sem Violência foi preparada por jovens de toda a Europa. Este documento é baseado nos valores e princípios fundamentais partilhados por todos os europeus, em particular os estabelecidos na Convenção para a Protecção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, do Conselho da Europa. Segundo a informação fornecida pelo sítio do AECE, mais de 120 escolas, um pouco por toda a Europa, demonstraram interesse pelo projecto. As escolas seleccionadas foram convidadas a enviar delegados para uma conferência sobre o projecto. De

14 a 18 de Julho de 2004, reuniram no Centro Europeu da Juventude, em Estrasburgo, mais de 50 delegados estudantes, para fazer um projecto e adoptar a Carta. Este grupo de jovens recomenda que as escolas europeias devem ponderar seriamente usar a Carta como modelo com o qual possam promover as escolas democráticas sem violência. Infelizmente não está disponível uma versão em português.

O Glossário de termos de Educação para a Cidadania Democrática, da autoria de Karen O'Shea, está disponível em português. Este glossário inclui trinta e um termos e está dividido em três partes: conceitos básicos, processos e práticas da ECD e resultados da ECD. Trata-se de um instrumento muito útil para o enquadramento e a fixação de uma linguagem comum, numa matéria tão complexa quanto inovadora.

Apesar do reconhecimento da importância dos objectivos deste Ano Europeu, as actividades desencadeadas em Portugal tiveram uma reduzida visibilidade. O sítio português na *internet* e a única *newsletter* disponível (até Março de 2006) dão conta de um programa de acção francamente modesto. As acções desenvolvidas para além de algo tardias, a avaliar pela data em que o próprio sítio nacional foi activado, parecem ter envolvido um número reduzido de participantes. As notícias da *newsletter* dão conta de menos de uma dezena de acções pontuais e ainda de menos eventos. Estes últimos confinados a três seminários regionais, um *workshop* e uma conferência de encerramento. Neste sentido, parece que estamos perante um fraco aproveitamento da dinâmica de reflexão e acção que esta iniciativa internacional constituiu. As iniciativas nacionais estão escassamente documentadas e sua avaliação não está (ainda) divulgada. Perante a reduzida visibilidade deste Ano Europeu da Cidadania pela Educação, resta perguntar – em Portugal, quem deu por ele?